

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CETREDE
Departamento de Fundamentos da Educação
Curso de Especialização em Planejamento do Ensino e
Avaliação da Aprendizagem

**AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR:
COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL**

SACHA MAGALHÃES SÁ GURGEL

**Fortaleza – Ceará
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CETREDE

Sacha Magalhães Sá Gurgel

**AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR:
COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Planejamento do Ensino e Avaliação de Aprendizagem como requisito parcial para obtenção do título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Gláucia Maria de Menezes Ferreira

Fortaleza-Ceará
2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação de Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Sacha Magalhães Sá Gurgel

Monografia Aprovada em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Orientadora

Coordenador do Curso

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio prestado, pelo aprendizado da humildade e pelo exemplo de amor e de fé.

A Deus que me concedeu a oportunidade de concluir mais uma etapa em minha vida.

Ao meu marido Danilo e meus irmãos pela compreensão nas minhas ausências, em função da dedicação aos estudos.

Aos meus pais, pela força nas horas que mais precisei.

Aos meus professores, pela orientação dada no decorrer do curso que foi de grande importância para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre o papel da avaliação do desempenho escolar e, sobretudo da educação, discutir que para o desenvolvimento. Não é possível obter êxitos sem o alicerce de um povo que se educa para a cidadania. O sistema educacional brasileiro apresenta baixos índices de conclusão do ensino básico, com altos índices de evasão e repetência, e acentuadas disparidades educacionais entre as várias regiões. Essa baixa qualidade da educação, principalmente a pública, é ligada a uma ineficiente administração e gerenciamento educacional, uso insuficiente e impróprio dos recursos financeiros e principalmente às estratégias de ensino e avaliação do desempenho escolar inadequadas. Novas políticas e estratégias educacionais são, portanto, exigidas para reverter tal situação, mas faltam aos seus formuladores informações precisas, sistemáticas e padronizadas sobre o desempenho do sistema educacional. Não existe, na verdade, uma cultura de avaliação no país nem um envolvimento efetivo da sociedade no aperfeiçoamento do sistema educacional. Neste sentido, pretende-se neste trabalho iniciar reflexões sobre o papel da avaliação do desempenho escolar como ferramenta de exclusão social, consequência da prática pedagógica desvirtuada adotada pelo nosso sistema educacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. AVALIAÇÃO DO ENSINO.....	09
1.1 Avaliação da Aprendizagem	11
1.2. Avaliação do Rendimento Escolar	13
1.3. Avaliação de Suas Dificuldades	17
2. SIGNIFICADO DE APRENDER E ENSINAR	19
3. A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	22
3.1. De Onde Vem A Violência?	22
3.2. O Que Se Pode Fazer Para Minimizar A Violência?	23
4. EXCLUSÃO SOCIAL	25
5. FRACASSO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL	27
6. A BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO INOVADORA	29
7. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

INTRODUÇÃO

Na primeira parte do trabalho, procura-se definir o que é avaliação propriamente dita. Em seguida são analisados alguns tipos de avaliação.

A avaliação da aprendizagem assume sentido orientador e cooperativo e, ressalta que o aprender é construir o próprio conhecimento, e que a avaliação funciona como feedback.

No processo de avaliação do rendimento escolar tenta-se mostrar que algumas instituições e alguns professores não usam a avaliação corretamente. Muitas vezes não respeitam o ambiente no qual o aluno está inserido. Ocorre também que os instrumentos de avaliação são apenas medidores, e com isso afastam-se das características humanas.

Avaliar é um ato complexo que tem que ser feito com responsabilidade e comprometimento ético e moral. Este trabalho apresenta algumas dificuldades desse avaliar. Mostrar que alguns professores usam a educação bancária, um aprende e outro ensina. Tenta explicar de forma clara, o que realmente é aprender e ensinar. Discute o fato que docentes usam o conselho de classe de forma punitiva. Quando na realidade servem para unir os que participam do processo educativo do aluno, com a finalidade de ajudá-lo a superar as dificuldades. Algumas escolas acabam moldando seus alunos criando "soldadinhos", não lhes dando oportunidades de se expressar e, com isso, de aprender.

Um trecho do texto de Ruth Rocha (1995) "A escola é de vidro", demonstra como as crianças se sentem nessas escolas. Outra parte importante a enfatizar é a violência na escola e de como pais, professores, e a própria instituição de certa forma, são responsáveis por esta violência. A exclusão social ocorre, porque, de certa forma todos são responsáveis: pais, professores, instituição, governo. Por falta de sua participação o educando às vezes não tem oportunidade para se desenvolver. Conclui-se que é reestruturar a política educacional para que possamos construir uma sociedade mais digna e igualitária.

A partir desta revisão pode-se chegar a conclusão de forma respeitosa e, ressaltando que este trabalho pode contribuir muito para todos que de alguma forma participam do processo educativo.

1. AVALIAÇÃO DO ENSINO

Compreender a concepção de avaliação escolar só é possível quando se entende os sentidos e significados dos eixos que irão nortear a concepção de ciclo de formação. Esta, por sua vez, só será possível quando se comprehende os princípios de organização curricular e de ensino propostos (conteúdos e processos), assim como de organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola (organização dos tempos).

O programa Escola Plural não introduz alterações pontuais na prática escolar. Ele é radical. Altera os valores básicos dos programas de escolarização. Fala de sujeitos sócio-culturais que produzem conhecimentos a partir de suas vivências. Situa os ciclos de idade como os pilares para a prática educativa e relativiza a centralidade dos conteúdos escolares como eixos norteadores da organização do processo de ensino. Nesse contexto, evidencia novos sentidos e significados para os sistemas públicos de ensino e exige dos profissionais da educação uma nova postura diante dos "erros" dos alunos.

Ao apresentar o projeto à comunidade escolar, o documento inicial desenvolve um amplo processo de avaliação da escola para justificar a sua implementação. Nesse sentido reprova a escola atual, apontando os elevados índices de evasão e repetência como o grave produto que temos obtido dessa instituição. Esses dados demonstram o desserviço que a escola vem prestando à sociedade, excluindo milhões de crianças e jovens.

Apóia-se, então, no princípio e na importância de assumir-se a escola como um espaço de direito do cidadão e como um espaço onde atuam sujeitos sócio-culturais e históricos que se formam mutuamente através das relações sociais. Dessa maneira, apóia-se no fato de que a escola é educativa por si mesma, pelas circunstâncias de seu relacionamento com a sociedade, sendo educativa em sua dinâmica, em sua forma de ensinar / aprender e na organização de seu trabalho.

A concepção de avaliação que perpassa essa lógica é a de um processo que deve abranger a organização escolar como um todo: as relações internas à escola, o trabalho docente, a organização do ensino, o processo de aprendizagem do aluno e, ainda, a relação com a sociedade. Nessa perspectiva torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido como o modelo de escola atual. E, se o movimento amplo da sociedade impõem um novo tipo de escola, impõem, também, a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação.

A avaliação é um exercício mental que permite a análise, o conhecimento, o diagnóstico, a medida e/ou julgamento de um objeto. Esse objeto deve ser a própria realidade e daqueles que a fazem. Avaliar seria um processo de autoconhecimento e, também, o conhecimento da realidade e da relação dos sujeitos com essa realidade. Seria um processo de análise, julgamento, re-criação e/ou ressignificação das instituições que fazem parte dessa realidade e das pessoas que a mantêm.

Questionam-se, assim, os processos de avaliação da aprendizagem dos alunos que estão, usualmente, centrados num desempenho cognitivo, sem referência a um projeto político-pedagógico de escola, e, ainda, o sentido das avaliações escolares que se têm direcionado, especialmente, para o ato de aprovar ou reprovar os alunos.

Ao lado desses aspectos, surge uma as questões mais controvertidas nas práticas de avaliação: os registros numéricos na aferição do rendimento dos alunos. A Escola Plural propõe a abolição total das notas. Considera esses registros arbitrários porque unidirecionados, já que são de total responsabilidade do professor, que assume o papel de juiz. Questiona as provas, usualmente empregadas como instrumentos únicos de avaliação, e critica o fato de serem mal elaboradas e sem critérios claros de aferição da aprendizagem dos conteúdos específicos ensinados. Considera que existe uma visão reduzida e equivocada do processo de avaliação, já que a nota, produto concreto dessa verificação, reflete apenas o resultado do desempenho cognitivo do aluno, e nunca o processo educativo que o levou a tal resultado. Em oposição, o conceito alternativo de avaliação baseia-se na perspectiva de interestruturação do conhecimento,

entendendo a ação de avaliar como processual e reveladora das possibilidades de construção de um processo educativo mais rico e mais dinâmico. Parte do pressuposto de que as diferenças são positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos no processo de conhecimento da realidade.

Mais uma vez, o campo da discussão dos valores torna-se prioritário. Se a educação é concebida como um direito à escola e as diferenças são positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos e do grupo do qual fazem parte, não caberia à escola o papel de classificar, excluir ou sentenciar os alunos. A avaliação deveria priorizar a identificação dos problemas, dos avanços e verificar as possibilidades de redimensionamentos e de continuidades do processo educativo. A avaliação se constituiria num processo investigador e formativo contínuo, do qual professores, alunos e pais participariam ativamente.

Ao procurar romper com a avaliação somativa, abolindo as notas como o critério de comprovação de um determinado produto previamente esperado, a nova concepção de avaliação procura trazer à tona o valor dos aspectos globais do processo ensino-aprendizagem. Da forma de intervenção do professor, do projeto curricular da escola, da organização do trabalho escolar e da importância da formação das identidades e dos valores pessoais.

1.1 Avaliação da Aprendizagem

O termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão freqüente em nossa escola é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, porém tradicionalmente dominante. Nela a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo.

Dentro de uma concepção pedagógica mais moderna, baseada na psicologia genética a educação é concebida como experiência de vivência multiplicada e variadas, tendo em vista o desenvolvimento motor, cognitivo, objetivo e social do

educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento.

Dentro dessa visão, em que educar é formar e aprender é construir o próprio saber, a avaliação, contempla dimensões, e não se reduz apenas em atribuir notas.

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo.

Assim a avaliação assume uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

A forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do professor em sua interação com a classe bem como sua relação com o aluno. Por exemplo, um professor autoritário e inseguro, poderá ver na avaliação uma arma de tortura ou punição para alunos apáticos ou indisciplinados. Por sua vez, seu professor sério e responsável, que orienta as atividades de aprendizagem dos educandos, tenderá a encarar a avaliação como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Em termos gerais a avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada.

Os professores precisam verificar o conhecimento prévio de seus alunos, com isso conseguindo planejar seus conteúdos e detectar o que o aluno aprendeu nos

anos anteriores. Precisa também identificar a dificuldades de aprendizagem, diagnosticando e tentando identificar e caracterizar as possíveis causas.

O professor também deve estabelecer ao iniciar o período letivo, os conhecimentos que seus alunos devem adquirir bem como as habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Esses conhecimentos e habilidades devem ser constantemente avaliados durante a realização da atividade, fornecendo informações tanto para o professor como para o aluno sobre o que já foi assimilado e o que ainda precisa ser dominado. Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas, cabe ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos, condições de êxito nesse processo.

O ato de avaliar fornece dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse sentido a avaliação tem uma função de retroalimentação ou feedback, porque fornece ao professor dados para que ele possa repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la, para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

1.2. Avaliação do Rendimento Escolar

A avaliação é apresentada como recurso a ser usado na atividade escolar, como forma de promoção dos alunos, de uma série para a seguinte, na trajetória escolar. A avaliação hoje passa pelo crivo de uma perspectiva. A escola pode ser agente eficiente na produção da mudança social.

Na escola pública o índice de reprovação é muito maior que em relação a rede de ensino privado.

Uma das causas do fracasso escolar está diretamente relacionada à prática pedagógica do professor, pois é este, que avalia de acordo com seus critérios os procedimentos. Sendo assim é ele o responsável pela exclusão ou inclusão do educando na instituição. É a partir da avaliação do aluno, que o professor mantém

ou reformula seus planos. Ocorre que todos das decisões nem são neutras nem arbitrárias. Os professores devem respeitar o indivíduo e a sociedade a qual está inserido.

Na ciência o objetivo é aquilo que pode ser palpado, medido, observado.

Na educação, mais precisamente na avaliação temos que tratar alunos como coisas. Em consequência, a nota, o conceito, etc., são buscados a todo custo. Por conseguinte, quanto maior a objetividade mais o procedimento afasta-se das características humanas. Para alguns professores as mudanças comportamentais dos alunos devem ser observadas e sempre que possível quantificadas.

Isto explica a valorização dos testes e provas aplicadas para avaliar o aluno. Com isto formaram-se critérios formalistas para definição e seleção de um bom professor.

O critério de competência do professor deixou de ser "sobre fazer" para "saber planeja o que fazer" no papel.

A partir de uma abordagem subjetivista o objeto do conhecimento desaparece e o sujeito passa a ser valorizado a partir de suas experiências, valores e das suas condições emocionais, capaz de construir sua própria resposta, ao invés de submeter-se a uma resposta já fabricada.

A redefinição de avaliação educacional deve ser o vínculo indivíduo-sociedade, numa dimensão histórica.

Devido a isto, uma avaliação de rendimentos escolar deve contemplar: percepção, pensamento, imaginação, emoção, expectativa etc., tudo deve estar registrado.

Se os professores criarem limites para as ações dos alunos, estes não conseguirão construir seus pensamentos e por causa disto podem estagnar ou até retrocederem. A construção do conhecimento está vinculada à história do aluno, através de experiências já vivenciadas na vida real e na atividade prática.

Como podemos observar a avaliação do rendimento escolar está relacionada à fragmentação da avaliação, por conseguinte, podendo excluir o aluno da

instituição e da sociedade, através da desmotivação, do desrespeito do professor ou de um conselho que não avaliou seu aluno na totalidade.

A avaliação deve diagnosticar, retroinformar e favorecer o desenvolvimento individual. No procedimento de avaliação deve-se considerar testes organizados pelo professor, coleção de produtos de trabalho do aluno, registros dos resultados de observação das discussões dos alunos, comentários, entrevistas com alunos ou grupo, análise da escrita, etc.

A avaliação deve ser desenvolvida cooperativamente por professores, alunos pais e diretores.

Notas em testes e provas servem para provar domínio ou falta de habilidades dos alunos. Tornando-se uma disputa entre os mesmos e com isso muitos que não conseguem alcançar a média, se desmotivam, consequentemente isolando-se do grupo, quando isto não é bem trabalhado pelo professor.

Alguns professores aplicam provas e testes surpresas a seus alunos, com a finalidade de puni-los. Notas não devem ter função punitiva e sim de diagnosticar possíveis interpretações errôneas das matérias oferecidas, para poder retificá-las.

A notas também classifica o aluno como inferior, médio ou superior. Isto faz comparações aos desempenhos e talvez o aluno possa ficar preso a este estigma e não conseguir desenvolver suas habilidades e potencialidades, achando que é "burro".

Essa avaliação é completamente discriminadora (somar e dividir nota) desconsidera o aspecto qualitativo da educação.

A avaliação deve ter função prognostica que permite verificar se o aluno possui ou não conhecimentos necessários para o curso, também de medida, onde analisa seu desempenho, em certos momentos e em diversas funções.

É graças à função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno.

Os testes referentes aos critérios servem para obter informações sobre o conhecimento específico do estudante, geralmente contempla unidades de conteúdos relativamente pequenos. O resultado mostra o que o aluno sabe ou pode fazer, e não procura discriminar diferentes níveis de rendimentos.

O teste referente a norma obtém informações referentes sobre um grupo. Valoriza, portanto, um indivíduo com relação aos outros.

A avaliação da aprendizagem está interligada com a avaliação do desempenho e com a avaliação do currículo, dentro do contexto escolar.

Enfatiza o aprender que é o ato que o sujeito exerce sobre si mesmo, e não registrar, obter informações e reproduzi-las. Consiste em resolver situações, criar e reinventar soluções. O aluno aprende quando consegue ultrapassar conflitos.

O professor como mediador, deve criar uma situação provocante para causar desequilíbrio em relação ao assunto proposto, favorecendo com isto a tomada de consciência do aluno e a percepção de que ele tem o poder de mudanças e transformação.

O fracasso escolar durante algum tempo foi relacionado a deficiência intelectual e à pobreza. É óbvio que a falta de alimentação básica e as doenças oriundas de um ambiente sem o mínimo de higiene na qual a criança está inserida, interferem no rendimento escolar da mesma. Porém, é importante lembrar, que o fracasso escolar pode ser gerado a partir da escola.

O professor é figura principal no contexto do ensino. Sendo ele o principal agente educativo, é evidente que melhorias no ensino terão mais chance de ocorrer se a ele forem dadas condições adequadas de trabalho. Dessa maneira, a instituição educacional buscará capacitá-los, para que ele possa desenvolver de modo mais eficiente e possível as atividades didático-pedagógicas; Incentivará o desenvolvimento de seu espírito crítico, para que ele possa formar o aluno para esse fim; fornecerá a ele condições de trabalho digno, tais como salário, plano de carreira etc, chamando-o a participar ativamente em decisões importantes do processo de ensino.

1.3. Avaliação de suas Dificuldades

Segundo SOUSA (1991, p.34) o ato de avaliar deve estar fundamentado nos seguintes pontos:

- 1. Continuidade:** a avaliação deve estar presente durante todo o processo educacional e não somente em períodos específicos;
- 2. Compatibilidade com o objetivo proposto:** a avaliação deve estar em conformidade com os objetivos definidos como norteadores do processo educacional para que venha realmente cumprir a função de diagnóstico.
- 3. Amplitude:** a avaliação deve estar presente em todas as perspectivas do processo educacional, avaliando assim todos os comportamentos do domínio (cognitivo, afetivo e psicomotor);
- 4. Diversidade de forma:** para avaliar devemos utilizar as várias técnicas possíveis visando também todos os comportamentos do domínio.

Com base nestes pressupostos, podemos afirmar que a realidade do processo avaliativo é completamente oposta a filosofia da educação problematizadora necessária em nossas escolas. Avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas sim de todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e administradores). Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercida em nossas escolas.

O sistema econômico atual não precisa educar todos os homens, pois se trata de um sistema excludente, que não está preocupado com a totalidade, vendo a educação, e consequentemente suas formas de avaliação e desempenho, como meio para agilizar o desenvolvimento econômico, e não como compromisso ético com as pessoas.

Assim sendo, a dinâmica de estrutura das sociedades de classes dominantes utiliza a educação como um instrumento de dominação, uma vez que essas sociedades são governadas por grupos dominantes e a cultura é postulada

conforme o interesse desses grupos, e, sobretudo enfatiza essa influencia na escola, por sua condição de produção de saber por excelência.

Nesse contexto, a escola, a didática, o currículo escolar e, sobretudo a avaliação são reflexos dessa estrutura complexa de relação de poder. A realidade então passa a ser o exercício da coação, da escola como obrigação, do professor como autoridade máxima e incontestável, onde estar na sala de aula é desprazer.

O fracasso escolar é visto então, como uma questão individual, próprio de cada aluno e seus problemas. No entanto, não podemos responsabilizar somente à ele, nem tão pouco ao professor, que muitas vezes não é preparado para esta outra função - a de avaliador. Precisamos, sobretudo, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo, para que a aprendizagem do aluno possa ir para além da sala de aula.

O modelo classificatório de avaliação, onde os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, oficializa a concepção de sociedade excludente adotada pela escola. O resultado da avaliação é considerado, portanto, como uma sentença, um veredito oficial da capacidade daquele aluno que fica registrado e é perpetuado para o resto de sua vida. O mais triste, porém é que a publicação dos resultados não revela o que o aluno conseguiu aprender, é um resultado fictício, definindo um perfil, pela cristalização desse falso resultado.

Rever a concepção de avaliação é rever, sobretudo as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Impõe pensar em um novo projeto pedagógico apoiado em princípios e valores comprometidos com a criação do cidadão. Somente após essa consciente revolução é que a avaliação será vista como função diagnóstica e transformadora da realidade.

2. O SIGNIFICADO DE APRENDER E ENSINAR

Iniciando o discurso pode-se citar Santos (1991, p.93) que diz:

Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. Nessas condições, o ensino compreende todas as operações e processos que favorecem e estimulam o curso vivo e dinâmico da aprendizagem.

Segundo Marcetto (1985) existem alguns princípios importantes a serem considerados por todos os que se preocupam com a aprendizagem do aluno, que são:

1. Para que realmente aconteça, a aprendizagem deve envolver o aluno, ter um significado com o seu contexto;
2. A aprendizagem é pessoal, uma vez que envolve mudanças individuais;
3. Objetivos reais devem ser estabelecidos para que a aprendizagem possa ter um real significado para os alunos;
4. Como a aprendizagem se faz através de um processo contínuo, ela precisa ser acompanhada de *feedback* visando fornecer os dados para correções eventuais;
5. Como a aprendizagem envolve todos os elementos do sistema, é fundamental o bom relacionamento interpessoal.

No entanto, na realidade das escolas, quando procuramos decodificar o significado de ensinar, as idéias definem o professor como agente principal e responsável pelo ensino, sendo as atividades centralizadas em suas qualidades e habilidades. Aprender também relaciona um único agente principal e responsável, o

aprendiz (aluno), estando as atividades centradas em suas capacidades, possibilidades e condições para que aprenda.

Diante deste contexto, percebemos que o perfil do educador não mudou muito. Na verdade, poucos são os que fogem ao conceito de educação bancária, ou seja, o saber não passa de uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam que nada sabem, cabendo então aos sábios dar, entregar, transmitir o seu grande saber. Portanto, a educação se torna um simples ato de depositar, onde os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Infelizmente a didática continua presa ao repasse mecânico, à aula expositiva, para ser copiada e decorada. Depois é restituída na prova e, finalmente, na "cola" é copiada com a máxima perfeição. Portanto aula prova e cola são sinônimos no espírito da coisa.

Segundo Freire (1987), ninguém instrui ninguém, ninguém instrui a si mesmo, os homens se instruem entre si, mediatizados pelo mundo, ou seja, a educação problematizadora é como prática de liberdade; exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo.

Aprender é apenas meio. A qualidade da formação básica é o fator modernizante mais eficaz da sociedade e da economia.

Muito embora a valorização da educação no sistema produtivo moderno não mude a essência do capitalismo, introduz, na sombra de vantagem para o capital, oportunidades pertinentes para o trabalhador, que incluem parâmetros menos drásticos de exploração da mão-de-obra, sem falar no suporte para a cidadania do trabalhador.

A educação é componente substancial de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas igualmente como o primeiro investimento tecnológico.

Segundo essa linha, o educador passa a ser o problematizador, que desafia os educando que são agora investigadores críticos, permeados por constantes diálogos, pois a educação como prática de liberdade deve negar o conceito de

isolamento e abstração do ser humano, assim como tornar o mundo uma presença constante em seu diálogo.

3. A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Mais que um caso de polícia, a violência nas escolas é um problema pedagógico.

Em muitas cidades, as escolas são palco de situações de violência. Situadas em locais onde a exclusão social se manifesta de modo mais acentuado, as escolas não ficam isoladas deste contexto. De depredações a casos de arrombamento, ameaças e prisões, muitas coisas acontecem, amedontrando pais, professores e alunos. Em geral, a solução proposta é o policiamento e a colocação de grades. Nem sempre esta solução é possível e quase nunca é eficaz. Ao contrário, muitas vezes ela apenas reforça a violência da situação.

3.1. De Onde Vem a Violência?

Para muitos pais, alunos e profissionais de educação, a violência vem de fora da escola. Ou seja, a escola é vista como uma vítima de "maus elementos" que a atacam, depredem e roubam. E, no entanto, a escola também produz a violência no seu cotidiano. É uma violência sutil e invisível, que se esconde sob o nome de "evasão". É, inconscientemente, promovida pelos próprios educadores através de regulamentos opressivos, currículos e sistemas de avaliação inadequados à realidade onde está inserida a escola e medidas e posturas que estigmatizam, discriminam e afastam os alunos.

O ambiente escolar soma mais algumas à série de violências que pesa sobre a vida das crianças e jovens que freqüentam a escola pública. Muitas vezes, a escola diz-se neutra, universal e com valores próprios.

Essa "neutralidade" acentua e dissemina valores estranhos àqueles que ilustram o cotidiano das crianças pobres, que vêm reprovados seus hábitos e seu jeito de falar. Ao inferiorizar os alunos pobres, a escola lhes ensina a resignação

frente ao fracasso. Quando os alunos deixam a escola, expulsos pelos mecanismos de evasão, encaminham-se para a outra parte do ciclo: o trabalho mal remunerado, o subemprego, as FEBEMs e os presídios.

Quase sempre, a violência não é um ato gratuito, mas uma reação àquilo que a escola significa ou, ainda pior, àquilo que ela não consegue ser. A maioria das ocorrências violentas nas escolas são praticadas por alunos ou ex-alunos. Ou seja, muito raramente são "elementos estranhos" que atacam a instituição. Há uma diferença qualitativa entre os diversos tipos de "atos e violência" que chegam à direção das escolas. A gravidade das situações é variável e os efeitos das providências tomadas podem ser muito sérios. Os envolvidos, em geral, são alunos ou jovens expulsos indiretamente através dos mecanismos de evasão. Por isso, é importante que a escola se volte para estes jovens, buscando a sua reintegração na condição de alunos ou de usuários de espaços e serviços oferecidos à comunidade.

3.2. O Que Se Pode Fazer Para Minimizar a Violência?

Não é fácil erradicar a violência da sociedade. Por serem suas causas complexas e de caráter estrutural, não está ao alcance do governo municipal eliminá-la das escolas ou de qualquer outro lugar. No entanto, é possível e necessário controlar alguns dos mecanismos que a geram, reduzindo seus efeitos.

Democratizar a escola é a linha central de todas as intervenções para diminuir a violência em seu ambiente. A mudança na prática do sistema de ensino deve levar à eliminação das barreiras - muitas vezes não percebidas - entre os alunos e a escola, entre a comunidade e a escola. Num trabalho que envolve ações de curto, médio e longo prazos de maturação, as violências geradas pelo próprio sistema escolar devem ser questionadas e subvertidas pelos seus atores.

A democratização do acesso à escola não deve ser vista só como a extensão do atendimento escolar (aumentando o número de vagas, por exemplo) ou mesmo a criação de condições materiais para a fixação do aluno. A democratização deve ser encarada de forma mais abrangente, significando, também a mudança das relações

internas e da estrutura de funcionamento da instituição escolar, valorizando e estimulando em seu interior a presença dos alunos marginalizados pela sociedade.

Assim, para atacar o problema da violência nas escolas, o primeiro passo é situá-lo dentro e sua esfera de complexidade. A violência na escola é diferente das violências nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e de seus vícios. Soluções policiais não resolvem. É claro que, se for necessário, deve-se colocar vigias, gradear janelas, etc..

Mas estas medidas terão pouca eficácia se não forem acompanhadas de outras, que resolvam o problema em seus aspectos sociais e pedagógicos. Para isso, é necessário trabalhar com os profissionais de educação (tanto professores como servidores operacionais), com os alunos, com a comunidade e com a polícia. Procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como fenômeno social que possui uma face visível e muita outras invisíveis. Para consolidar esta nova compreensão da violência é preciso um esforço de repensar a escola tanto interna quanto externamente, em suas relações com o ambiente em que se encontra.

Como a escola depende do que está à sua volta, o entorno deve ser sempre considerado. Se a escola estiver integrada a ele, abrindo o seu espaço - privilegiado e valorizado - não só aos alunos, mas ao oferecimento de soluções para problemas e necessidades da região, ser mais respeitada pela comunidade onde se insere.

É importante promover atividades comunitárias e o uso das instalações para eventos ou para lazer dos moradores das imediações, contando com a participação e o envolvimento dos diretores, professores e outros profissionais, levando-os a substituir o medo por novas posturas que contribuam para a superação de uma mentalidade violenta.

4. EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Mammarella (2000, p.52) exclusão social identifica:

os grupos e indivíduos que vêm sistematicamente perdendo seus direitos de cidadania, que se encontram carentes dos meios de vida e fontes de bem estar social, com baixíssimos rendimentos, falta de moradia, de acesso à educação e saúde, e que não encontram meios de se inserirem no mercado de trabalho.

Dois aspectos são considerados como base da cidadania: a possibilidade de acesso de toda a população a um determinado padrão de qualidade de vida comum de um referido grupo social, e às possibilidades objetivas da população decidir sobre os destinos e os rumos da sociedade em que vivem.

Essa condição mínima para as pessoas conseguirem uma qualidade de vida aceitável dentro dos parâmetros de cidadania vão além da manutenção da vida orgânica, dada pela satisfação das necessidades alimentares e nutricionais elementares, estando também intimamente ligada à obtenção de renda e de educação com qualidade, pois sem esses princípios a inserção na sociedade e no mundo do trabalho torna-se precário.

A falta de participação política torna os indivíduos submissos a uma dimensão do destino enquanto condição inexorável, que despolitiza as relações sociais e remete a solução dos problemas a uma esfera intransponível, sobre o qual os indivíduos perdem a capacidade de controle, situando-se fora do domínio da história. Tanto a aceitação do destino, a fatalidade, o não acesso, pela falta de renda, os bens materiais e simbólicos que a sociedade pode oferecer, são formas expressivas de manifestação da exclusão social.

Na sociedade atual, o Estado Moderno é responsável pela função redistributiva, pois ele deve assegurar as políticas globais e articuladas como

moderadora das desigualdades sociais e econômicas e de responder aos aumento das demandas no contexto de uma maior divisão do trabalho e expansão do mercado, na sociedade das massas.

A educação, portanto é dever do Estado e direito do cidadão, pois sendo concebida como valor social, reflete-se como instrumento da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania.

Entretanto, a evolução das idéias relativas à educação e principalmente à avaliação, consolidam-se em torno dos valores econômicos, como consequência do rápido desenvolvimento tecnológico e da nova ordem globalizada. A educação passa a ser direcionada para o novo estilo de desenvolvimento, reproduzindo as relações de poder e subordinação, presentes nesse modelo.

Para acabar com a exclusão, portanto, é necessário que se restabeleçam as bases de uma economia, uma política e uma educação que permitam que as relações humanas se dêem a partir dos princípios de equidade, justiça social e participação cidadã nas diferentes instâncias de decisões, e a educação cidadã serão a principal ferramenta para a construção dessa sociedade.

5. FRACASSO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL

Neste momento histórico da globalização mundial da economia em que todos os países seguem a regra de empregar funcionários mais qualificados, sabe-se que, no Brasil pelo menos 52% da população não possuem requisito mínimo para disputar uma vaga no mercado formal de trabalho.

Considerando-se que a questão da qualificação profissional passa evidentemente pelo analfabetismo funcional do adulto e também pelo fracasso escolar infantil, focalizar a exclusão social transportadas pelas vias de evasão e repetência escolar tornou-se objeto importante de estudo.

Segundo o Censo de 1991 do IBGE existem cerca de 29,4 milhões de indivíduos analfabetos no Brasil, o que segundo Haddad coloca o Brasil entre os países com maiores taxas percentuais de analfabetismo.

Quanto ao índice de reprovação nas primeiras séries do primeiro grau nas escolas públicas brasileiras, apesar da democratização dos estudos e do acesso à escola, este se mantém desde de 1980 em torno de 50%, estes números referem-se em sua maioria a crianças de zonas rurais e periféricas dos centros urbanos, ou seja, de classes mais economicamente desfavorecidas.

Com a democratização do ensino, a Constituição Brasileira, em seu artigo 108 parágrafo 1º, defendeu a garantia a todo cidadão, de acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, cerca de quatro milhões de crianças entre 7 e 14 anos encontram-se fora das escolas. 1,7 milhões de crianças evadidas das escolas públicas do 1º. Grau e 50% de crianças em sua maioria, oriundas de classe baixa, são reprovadas todos os anos.

Em referência a América Latina, segundo a UNESCO, o Brasil é o país que tem o maior percentual de alunos concluídos no primeiro grau. Enquanto a Bolívia aprova 64%, o Peru 70%, a Venezuela 73% e o Uruguai 86%, no Brasil apenas 33% concluem o primeiro grau.

Muitos estudos têm-se dedicado a compreensão das causas do fracasso escolar da criança ao longo dos tempos. Dentre as causas apontadas nos estudos em geral, estes têm demonstrado a influencia da origem social, da prática pedagógica, do professor e da linguagem sobre o padrão de estimulação intelectual das crianças.

Para o teórico inglês Basil Bernstein (1930), estudioso das relações entre classe e desigualdade, é vital que os indivíduos possam explorar os limites de sua consciência e o autocontrole, por meio da linguagem, de modo a viabilizar-lhes a igualdade de oportunidades de aprendizagem e de ação social. Segundo ele, a aprendizagem e a ação social faz-se vital a orientação cognitiva e prática do homem, regulado, por um controle simbólico adquirido nas instituições pedagógicas oficiais e locais, tais como na escola e na família. Em síntese, a aprendizagem e o desempenho escolar para Bernstein, dependem primeiramente da inter-relação entre mãe e filho, e posteriormente, entre professor e aluno.

6. A BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO INOVADORA

Aqueles tempos em que o aluno temia enfrentar a severidade do pai com notas sofríveis do boletim estão próximas do fim. Insatisfeitos com o método tradicional de medir a capacidade dos estudantes em aprender, as escolas preparam uma mudança, segundo pesquisas feitas pelo ENEM.

Querem acabar com o pesadelo das notas de zero a dez: em vez de distribuí-las, o professor definirá as habilidades que espera ver adquiridas pelos alunos. Nada de "decoreba", a palavra de ordem agora é privilegiar a capacidade de interpretação e raciocínio do aluno. O resultado será registrado em um relatório enviado aos pais no fim de cada bimestre para que eles também tenham uma idéia mais precisa do desempenho do filho.

Não será simples, pois o fim de uma avaliação tradicional está sendo estudada há pelo menos dez anos, e sem benefícios só serão demonstradas em larga escala agora, com o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Interdisciplinar, o ENEM reflete o modelo de ensino daquela escola em que as matérias não são tratadas isoladamente, mas se relacionam. Uma prova de física, por exemplo, analisará também a organização de idéias e a qualidade do texto. O conteúdo meramente factual, absolvido pela memorização de data, fórmula, dá lugar a capacidade de pesquisar o conhecimento e organizá-lo.

No final o aluno não é testado apenas porque respondeu corretamente às questões. Antes o aluno obtinha um nota 8 em Literatura identificando-se corretamente características de um dado estilo. Pelo novo enfoque, interessa mais se o aluno tem a habilidade de estabelecer relações entre os textos de movimentos literários diversos. Embora os saudosistas torçam o nariz, teoricamente, exigiu-se se muito mais neste modelo novo do que no anterior.

A mudança não ocorrerá apenas nas melhores escolas da rede privada. Várias unidades da rede pública também estão trabalhando nesta perspectiva filosófica. Numa escola em Porto Alegre, os professores já iniciaram a proposta,

divulgando as metas de cada disciplina no começo do bimestre, com cópia para os alunos. Ao final são atribuídos os conceitos: "satisfatório" ou "não satisfatório". Encerrado o bimestre são estabelecidas novas metas. "Foi difícil mudar professores acostumados a provas e notas". Outros colégios ainda passam por uma fase de transição entre a nova e a velha forma de avaliação e a nova. Num aluno que tirou zero e depois 10 não merece nota 5, pois provou que evoluiu.

7. CONCLUSÃO

A concepção de avaliação é comumente relacionada a idéia de mensuração de mudanças do comportamento humano. Essa abordagem viabiliza o fortalecimento no aspecto quantitativo.

A avaliação do rendimento escolar tem como alvo a classificação do aluno. Necessita ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando.

A avaliação deve contemplar aspectos qualitativos que são difíceis de serem mensurados, pois envolvem objetivos subjetivos, postura, política, crenças e valores.

Os instrumentos de avaliação são determinados pelas idéias e modelos da realidade em que o profissional atua (instituição). Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas e tenham comportamentos esperados, no qual o professor e a instituição desejam. Não se importam com o tipo de conhecimento que o aluno adquiriu, e sim, com o tipo de nota que o aluno obteve. A nota, portanto, passa a apresentar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno.

O Educando precisa aprender, e não a ser submisso e obediente àqueles que são responsáveis por seu processo educativo.

Os instrumentos de avaliação determinados pelas escolas não podem se vistos como única opção de avaliação. Senão ratifica o conceito de "educação bancária", de um lado um ensina o do outro lado um aprende.

O ponto chave da educação deve ser o aluno aprender a prender, saber pensar, ser crítico e analítico. E é dentro dessa perspectiva que a avaliação deve trabalhar.

As maiorias das escolas são vistas como socializadoras e reguladoras de um determinado tipo de saber. Uma proposta de avaliação se contrapõe à essa escola

que conhecemos. Esta busca a construção que reflete a própria cultura do povo brasileiro, que acredita no conhecimento como produção social e que valoriza a vivência cotidiana dos alunos e professores.

Numa avaliação os professores devem considerar o ambiente no qual o educando está inserido, pois não pode cobrar disciplina e bons cuidados de higiene de um aluno que desconhece esses princípios, devido não ter condições básicas, econômicas e família para orientá-lo. Porém isso, não significa que ele não possa aprender, pois se for estimulado será capaz de construir seu conhecimento.

Comprovadamente a família é uma instituição que influencia diretamente no desenvolvimento e no desempenho escolar do educando, pois se a família é desestruturada a criança se desestruturará, com isso apresentará fracasso escolar e consequentemente se excluirá da sociedade.

Com a globalização, a regra é empregar funcionários cada vez mais qualificados, isto quer dizer, com maior nível de escolaridade.

Por outro lado, sabe-se que o mercado de trabalho necessita também de força de trabalho barata que não seja qualificada, com isso explora cada vez mais esses indivíduos que não têm condições básicas por serem excluídos, devido a uma avaliação errônea nas instituições, têm que se submeter a trabalhos escravos que, futuramente, podem até ser excluídos totalmente da sociedade, partindo até para uma vida promíscua.

Este trabalho comprova que a avaliação do rendimento escolar pode ser usada como ferramenta para exclusão institucional e social. E lamentavelmente comprova que o educando de classes sociais desfavorecidas são mais prejudicados do que os das classes mais favorecidas. Pois os das classes desfavorecidas são julgados pela sociedade como "burros", por não terem habilidades intelectuais e emocionais desenvolvidas, com isso são excluídos. Só não devemos esquecer que eles não apresentam habilidades e competências, porque as escolas e o ambiente na qual estão inseridos não lhes permitiram que os tivesse.

O fracasso escolar destes alunos quando iniciaram na escola, muitas vezes foram devido a uma péssima avaliação, onde continham apenas instrumentos que os medissem por notas e conceitos e não por uma avaliação do seu contexto social.

Esperamos que as escolas revejam seus conceitos e filosofias para que com isso consigamos minimizar a exclusão dos alunos da escola e consequentemente da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa: Polêmicas do nosso tempo.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GOMES, C.A. (org). **Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica.** Brasília: IPEA, 1992.
- HADDAD, S. Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos. **Em Aberto**, ano 11, n. 56, out./dez. 1992.
- HAYAT, Regina Cazank. **Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1991.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de Prática de Ensino.** 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- SOUZA, Sandra Zábia Lean de. (org). **Avaliação do Rendimento Escolar.** Campinas: Papirus, 1991.
- SOUZA, Clarilza Prado de. (org); DEPRESBITERIS, Lea.; FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; SOUZA, Sandra Zábia Lean. **Avaliação do Rendimento Escolar.** 6. ed. Campinas: Papirus, 1993.
- VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Repensando a Didática.** 11. ed. Campinas: Papirus, 1996.